

Justiça em

ano III - fevereiro 2009 - número 09



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Imóveis

Como funcionam as obras e reparos nos 46 prédios da Justiça Federal de São Paulo

NESTA EDIÇÃO

ENTREVISTA: SYLVIA STEINER

CONCILIAÇÕES

BANCO DE DIRETORES



Ponderação

A Justiça em Revista desta edição traz como matéria de capa um assunto da maior importância para a Justiça Federal: o funcionamento das obras e dos reparos realizados em seus quarenta e seis imóveis e as consequências das alterações nas edificações em geral.

Um dos imóveis que passou por intensa reforma foi o prédio em que funciona o Juizado Especial Federal, onde ocorreu um incêndio em janeiro de 2007. Embora felizmente o incidente não tenha deixado vítimas, o que trouxe grande alívio - já que este fórum é o que possui o maior trânsito de pessoas, as consequências materiais não foram totalmente irrelevantes, sobretudo considerando os equipamentos de informática que foram perdidos e a magnitude dos reparos realizados.

Entretanto, o incêndio serviu para marcar a importância da manutenção dos nossos imóveis e do cuidado que se deve ter com as alterações, ainda que pequenas, em nosso local de trabalho.

Com efeito, há todo um planejamento para que os gabinetes, secretarias e demais dependências dos fóruns estejam posicionados de determinada forma, sendo fundamental a manutenção da parte elétrica, hidráulica e da própria estrutura dos prédios da Justiça Federal que, nos últimos anos, vêm sendo gradativamente melhorados.

Note-se que um móvel ou equipamento mal localizado em um fórum pode implicar em danos de estrutura por causa do peso dos processos, obstrução de fiação elétrica, e o que é pior, pode inviabilizar fugas e atrapalhar o acesso aos extintores em caso de incêndio. Nesse sentido, o planejamento e a padronização de



“layouts” é uma necessidade para a segurança de todos, além de significar organização, higiene e demonstrar eficiência.

Pensar nos detalhes, com cuidado e responsabilidade quanto às consequências dos atos é medida que faz a diferença e é o que nos distingue dos animais. É a **ponderação**.

Ponderar, segundo o conceito do Dicionário Michaelis é “apreciar maduramente, examinar com atenção (...), meditar, pensar, refletir (...), alegar, expor, apresentando razões de peso.

E se a proposta para este início de 2009 é então aplicar o conceito total da *ponderação*, nada melhor do que conhecer o trabalho da Juíza Sylvia Steiner no Tribunal Penal Internacional e a experiência da Juíza Daldice na coluna “desafios e prioridades na administração”, em que são analisadas as vantagens das conciliações.

As conciliações, aliás, podem ser consideradas a marca do ano de 2008, em que se buscou, mais do que nunca, o acordo, a união e o trabalho em conjunto, seja entre servidores e magistrados, seja entre a 1ª e a 2ª instâncias, seja ainda entre a Presidência do Tribunal Regional Federal e a atual gestão da Diretoria do Foro.

Encerramos o último ano com a alegria e a satisfação do dever cumprido e desejamos a todos um excelente 2009!

Raecler Baldresca
Juíza Federal Vice-Diretora do Foro

ÍNDICE

Aconteceu:	03
Entrevista: Sylvia Steiner direto da Holanda	04
Recursos Humanos: Banco de Diretores, simples e essencial	05
Administração: Como funcionam as obras e reparos em 46 prédios da Justiça Federal.....	06
Entretenimento e Cultura.....	09
Canal Aberto: “Os sonhos que a Justiça ajuda a realizar”	09
Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração das conciliações	10

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Érica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.

Foto: Ricardo Acedo Nabarro



Conciliação – O Estádio do Pacaembu virou um grande tribunal entre os dias 1 e 5/12, local escolhido para o mutirão de audiências da Semana Nacional da Conciliação na cidade de São Paulo. Foram realizadas 1.887 audiências do TRF3, Justiça Federal, Trabalhista e Estadual, que resultaram em 53% de acordo firmados. Os números totais da 3ª Região, que inclui o TRF3, a Justiça Federal e os Juizados Especiais Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, contabilizaram 5.402 audiências realizadas e acordos em 51% dos casos.



Foto: SUAP/Piracicaba

Reciclagem – A Justiça Federal de Piracicaba firmou acordo de cooperação com a Cooperativa do Reciclador Solidário para a realização de coleta seletiva e reciclagem de resíduos do Fórum. A cooperativa tem como missão promover a inclusão social dos catadores de lixo através do trabalho coletivo e contribuir com a preservação do meio ambiente. O acordo foi assinado no dia 17/11 pela juíza federal Rosana Campos Pagano.

Foto: ACOM/TRF3



Natal – No dia 6/12 foi realizada a oitava edição do “Natal Solidário”, festa destinada aos funcionários terceirizados dos fóruns da Justiça Federal de São Paulo, Santo André, São Bernardo, Guarulhos e Osasco. Foram arrecadados mais de R\$ 25 mil para a organização da festa, que contou com a participação de desembargadores, juízes e servidores da capital e da grande São Paulo. O evento é promovido pela Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul – AJUFESP.



Foto: ACOM/TRF3

Ouvidoria – Foi inaugurada no dia 14/11 a Ouvidoria do TRF3. Trata-se de mais um canal de atendimento às pessoas que desejam relatar reclamações, dúvidas, sugestões, elogios e outras demandas referentes aos fóruns de 1º e 2º Grau da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul). O desembargador federal Lazarano Neto foi escolhido ouvidor.

Fotos: Helio Martins Jr.



Qualidade* – A Seção de Perícias e Programas de Prevenção lançou, no dia 27/11, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho a ser implantado na Justiça Federal de São Paulo. Com o objetivo de desenvolver ações para a melhoria na qualidade de vida e condições de trabalho, o projeto possui duas fases: uma de avaliação diagnóstica, com base em pesquisa sobre saúde e estilo de vida realizada com os magistrados e servidores; e outra de implantação do Programa.



Foto: NUAR/Campinas

Gestão Documental – A Justiça Federal de Campinas fragmentou 540 quilos de autos findos e 1010 quilos de documentos da Administração, totalizando 1.550 quilos de papel. O material foi doado para a Associação das Cooperativas e grupos Associativos de Coleta e Manuseio de Materiais recicláveis de Campinas e Região (ACOO).

Fotos: Gerrinson R. de Andrade e Helio Martins Jr.



Dia do Servidor* - Servidores dos 47 fóruns do interior e da capital, além de aposentados, reuniram-se no Salão Nobre do Banco do Brasil, nos dias 30 e 31/10, para comemorar o "Dia do Servidor Público". O evento foi promovido pela Diretoria do Foro juntamente com o Núcleo de Recursos Humanos, e incluiu palestras, atividades físicas, apresentações musicais e sorteios de brindes.



*Assista ao vídeo no espaço multimídia da Revista virtual em: <http://imprensa.jfsp.gov.br> ou pela internet no endereço: www.jfsp.jus.br no botão: **imprensa > videoteca virtual.**

Exclusivo: Sylvia Steiner direto da Holanda

Ricardo Acedo Nabarro

Há cinco anos no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, Holanda, Sylvia Steiner ocupa uma das dezoito vagas destinadas a juízes de diversas regiões do mundo. Foi relatora do primeiro caso daquele Tribunal, que acusa Thomas Lubanga Dyilo, líder de um partido político da República do Congo, por crime de guerra (teria recrutado crianças menores de 15 anos para integrarem uma milícia armada). Steiner foi membro do Ministério Público Federal de 1982 a 1995 e desembargadora federal pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região até 2003. Seu mandato no TPI termina em 2012 (nove anos de mandato), momento em que decidirá sobre o futuro. “Quem sabe trabalhar junto à Comissão ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos”.



Sylvia Steiner

Justiça em Revista – Como está sendo a experiência no Tribunal?

Sylvia Steiner - É uma experiência fascinante, mas cheia de dificuldades. Trabalhar com um sistema de normas totalmente distinto daquele com que estamos acostumados, numa língua que não é a nossa, com colegas que possuem *backgrounds* completamente diferentes, vindos de sistemas legais também distintos do nosso, é realmente um desafio. Foram muitos os momentos de insegurança, de medo mesmo, mas nunca deixei que o medo me paralisasse. Minha Câmara teve o primeiro caso do Tribunal, o segundo também veio para cá e, de novo, fui apontada como relatora. É sinal de que estou me saindo bem, apesar das dificuldades que continuo enfrentando.

JR – Poderia destacar alguns casos em andamento no TPI?

SS – O primeiro refere-se a Thomas Lubanga Dyilo, acusado de recrutar crianças menores de 15 anos para atuarem numa milícia armada na República do Congo. Esse caso é emblemático para o Tribunal porque figura como um dos crimes de guerra mais comuns nos conflitos armados da atualidade. O segundo, líderes de outras duas milícias armadas, também do Congo, foram acusados por diversos crimes de guerra como ataques contra a população civil, estupros, escravidão sexual, destruição e pilhagem de propriedades, atentados à dignidade pessoal, tratamento desumano. Em outro caso, o ex-vice Presidente da República do Congo, Jean Pierre Bemba, é suspeito de cometer crimes no território da República Centrafricana,

em especial estupros em massa, assassinatos e tortura, através do comando de seu próprio grupo armado. Também há mandados de prisão expedidos contra suspeitos de crimes de guerra e contra a humanidade no território de Darfur, Sudão, e um pedido de prisão contra o Presidente do Sudão, Omar El Bashir.

JR - Na sua opinião, o TPI tem cumprido seu papel? Quais os principais entraves no respeito ao Direito Internacional defendido pelo Tribunal?

SS – O TPI ainda é um tribunal recém-nascido. Seu primeiro caso iniciou-se em 2006, mesmo assim tem feito muito nesses seus primeiros anos de vida. Ainda há dificuldades, e muitas, a serem enfrentadas. Precisamos aperfeiçoar, cada vez mais, o sistema de cooperação com os Estados. Precisamos ampliar os meios de proteção a testemunhas e de facilitação de investigações. Precisamos assegurar que os processos não sejam muito demorados. Em termos de normas legais, o TPI segue o modelo voluntarista do direito internacional, ou seja, só pode exercer sua jurisdição sobre nacionais de Estados-Partes ou sobre pessoas que tenham cometido crimes em território de Estados-Partes. A única exceção a essa limitação de jurisdição ocorre quando uma situação é remetida pelo Conselho de Segurança da ONU, como ocorreu no caso contra o presidente do Sudão. Mas não vejo nada disso como um “entreve”. É uma Corte que funciona dentro de um determinado sistema que ainda tem como base a ratificação do tratado que a criou, em respeito à noção de soberania que ainda prevalece nas relações internacionais.

JR – Até que ponto o TPI tem influência sobre a política e a Justiça de países ricos e pobres?

SS – O TPI não é um tribunal político, não toma decisões políticas, e não interfere na política dos Estados. É um tribunal penal que julga pessoas, não julga Estados nem políticas de Estados. Sua credibilidade se assenta exatamente no seu caráter independente e imparcial. Julga pessoas com base no princípio da culpabilidade, da responsabilidade individual,



Banco de Diretores, simples e essencial

Maria Noriko Massuyama

A Ordem de Serviço nº. 09/2008, de 24/10/2008, expedida pela Juíza Federal Diretora do Foro, Dr^a Renata Andrade Lotufo, cria o “Banco de Diretores” da Justiça Federal de São Paulo, que consiste em relação de servidores selecionados e preparados pra ocuparem, futuramente, o cargo de Diretor de Secretaria de Vara.

O Programa foi idealizado com o objetivo primordial de auxiliar os senhores Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, em caso de interesse ou necessidade, terem um banco de dados de servidores capazes e preparados para ocuparem o cargo de Diretor de Secretaria. Também visa oferecer àqueles servidores que tenham interesse e potencial, a oportunidade de poderem ser indicados e nomeados por mérito à desempenhar as atividades de Diretor de Secretaria de Vara.

Para fazer parte desse Banco, os servidores interessados poderão se inscrever e participar de processo seletivo organizado por Comissão composta por 3 (três) Juízes Federais e/ou Juízes Federais Substitutos, 3 (três) Diretores de Varas e 3 (três) servidores da área de Recursos Humanos, sendo presidida pela Juíza Federal

Diretora do Foro.

Em breve será expedido o 1º Edital no qual constarão os critérios, requisitos e prazos do processo de seleção. Após a seleção, os servidores passarão por treinamentos específicos, tanto em relação a conhecimentos específicos mas também em relação a gerenciamento de pessoas.

É importante frisar que o Banco de Diretores tem caráter meramente informativo e de auxílio aos senhores magistrados, não garantindo que haja necessariamente a indicação e nomeação dos servidores que estejam nele incluídos.

Acesse a OS nº. 09/2008 na Intranet, em Atos Normativos - Ordens de Serviço DF.



como qualquer sistema penal democrático. Não foi instalado com o fim de julgar alguém por ser rico ou pobre, ou por pertencer a um país poderoso ou desconhecido.

JR – E a vida na Holanda?

SS – A vida aqui é muito calma. Às vezes, calma demais... Não há muito que fazer. O clima não ajuda, já que chove e faz frio nove meses por ano. Talvez por isso eu me dedique tanto ao trabalho. Não tenho vida social muito ativa. Algumas festas em embaixadas, alguns jantares com amigos, cinema e, quando possível, viajar um pouco. São

poucos os restaurantes que ficam abertos depois das 9 da noite, a não ser no verão. Quanto à família, estão

todos aí em São Paulo, e divido minhas férias em períodos curtos de uma semana para poder ir vê-los a cada três meses. Tenho agora quatro netos, e isso fez com que a distância ficasse mais doída...

Nas minhas horas de lazer, aqui, tenho lido, lido muito. Geralmente estou lendo pelo menos dois

livros ao mesmo tempo, um em inglês e o outro em francês, para aperfeiçoar o vocabulário. Às vezes, vou passar o fim de semana em Paris, que é perto, três horas de trem. Lá, compro livros, DVD's e, como qualquer mulher em Paris, algumas roupas, cremes, essas coisas.

JR – A senhora se considera uma pessoa otimista quanto ao futuro da Justiça no mundo?

SS – Acho que a criação do TPI foi um dos maiores avanços desde a segunda guerra mundial. Vejo que 107 países já ratificaram o Estatuto e adaptam suas legislações para nelas incluir o rol de crimes previstos no Estatuto. Isto mostra que a comunidade internacional está farta de impunidade. Isso é um grande avanço. Vejo também que aumenta a miséria, que se multiplicam as guerras e que essas guerras são cada vez mais violentas. Acho que não existe solução fora do direito internacional. Para mim, o fortalecimento do direito internacional é o caminho. Não existem soluções rápidas e eficazes contra os males do mundo. É preciso munir a comunidade internacional de meios eficazes de combate à violência e à impunidade. Acho que o TPI se insere nesse processo e me sinto muito, muito orgulhosa de ser parte desse processo.



Como funcionam as obras e reparos em 46 prédios da Justiça Federal

Viviane Ponstinnicoff

Com um total de 37 Subseções Judiciárias, a Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo possui 30 Fóruns e 19 Juizados Especiais Federais, distribuídos em 46 prédios. Para administrar tamanha quantidade de espaços públicos, a instituição conta com algumas áreas técnicas responsáveis por cada detalhe da organização administrativa.

Desde reparos menores até grandes obras de construção e reforma, o Núcleo de Infra-Estrutura (NUIN) está envolvido no dia-a-dia dos problemas físicos das edificações. Arquitetura e layout dos ambientes, estrutura, impermeabilização, rede elétrica, lógica e hidráulica, ar-condicionado, elevadores, etc. Todos esses itens demandam periodicamente novas instalações ou manutenção adequadas.

No entanto, para que os trabalhos de arquitetura e engenharia tenham um desenvolvimento satisfatório, é preciso que haja um planejamento para o melhor aproveitamento dos recursos orçamentários e, assim, destiná-los ao atendimento das demandas de acordo com sua complexidade/necessidade.

Rosinei Silva, Diretora da Secretaria Administrativa, conta que para aperfeiçoar e implementar totalmente esse planejamento de ações em toda a Seção Judiciária, no início de 2009 as áreas de engenharia e arquitetura começarão a vistoriar os prédios da Justiça Federal e farão um levantamento das condições de todas as edificações, desde a situação estrutural até o layout. “Esses dados serão fundamentais para obtermos o registro correto e real da situação dos Fóruns e planejar as ações com ainda mais critérios, com base na situação geral constatada e de acordo com os recursos orçamentários disponíveis a cada ano, face aos constantes cortes orçamentários sofridos nessa área”.

Maurício Shinzato, técnico em edificações do NUIN, explica que, para uma obra ser executada, algumas etapas devem ser cumpridas. “É necessário um projeto básico e um projeto executivo para as obras começarem. A

fase preliminar precisa ser aprovada pelos órgãos legais (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, etc.). Depois é feita a contratação das obras, que começam no ano seguinte”.

Além dessas etapas e do planejamento, qualquer serviço de reparação a ser executado obedece a uma requisição de serviço. Criada pela Diretoria do Foro da Justiça Federal de São Paulo, a “Ordem de Serviço nº 7/2007” disciplina a realização de obras e serviços de engenharia e arquitetura em todos os imóveis da instituição. Ela surgiu devido à necessidade de garantir a segurança, a salubridade e a funcionalidade dos espaços que abrigam as instalações da JF, além da necessidade do controle e planejamento físicos e orçamentários das intervenções nos imóveis utilizados pela Seção Judiciária de SP.

Rosinei explica que essas regras definem os parâmetros que serão adotados para a execução dos serviços de restauro. “Temos que levar em consideração a nossa limitação orçamentária e a nossa capacidade humana. Não podemos atender a todos os pedidos de uma só vez, temos que observar as situações de emergência e, especialmente, nosso orçamento”.

Qualquer obra ou serviço de engenharia e arquitetura devem ser previamente solicitadas pelos juízes federais coordenadores dos Fóruns, juízes federais diretores de Subseção ou presidentes de Juizados para a Diretoria do Foro.

O NUIN é o setor responsável pela realização dos estudos para a constatação da viabilidade das requisições. Uma vez deferido o pedido, todos os estudos gerados deverão conter o impacto orçamentário correspondente. Para Cristiano Conceição Abílio, diretor do NUIN, a Ordem de Serviço nº 7/2007 garante que as obras e os serviços de engenharia e arquitetura nos imóveis ocupados pela Justiça Federal sejam projetados e executados com o devido acompanhamento técnico.

“Qualquer intervenção nas edificações deve ser avaliada por profissional legalmente habilitado, caso

Fotos: NUIN



De cima para baixo: obras no 12º andar do JEF-São Paulo devido ao incêndio em 2007, reforma do telhado em Santos e banheiros reformados no Fórum de Execuções Fiscais da Capital.

contrário poderá comprometer a segurança, a salubridade e a funcionalidade dos espaços. Mesmo as interferências aparentemente mais simples, como por exemplo a instalação de divisórias, podem ter como conseqüência a descaracterização do projeto de proteção contra incêndio aprovado no Corpo de Bombeiros e os riscos decorrentes deste ato, ou até mesmo a interferência direta em requisitos essenciais de acessibilidade da edificação”, diz Cristiano.

As solicitações de caráter emergencial que impliquem risco a segurança dos usuários ou ao patrimônio devem ser encaminhadas diretamente ao NUIN, que vai propor as medidas corretivas pertinentes visando sanar a ocorrência. “A regra não foi criada para centralizar os trabalhos, mas sim para evitarmos certas situações, como por exemplo, que um reparo ou alteração feito sem a análise e conhecimento técnico necessários possa comprometer a segurança, estrutura, salubridade do ambiente, etc (ex. mudança de divisórias e estantes que podem causar sobrecargas nos pisos e afetar a climatização do local, obstruir hidrantes e rotas de fuga, etc)”, diz Rosinei.

A diretora ressalta, ainda, a importância do papel desempenhado pelos diretores/supervisores administrativos na manutenção e observação das necessidades dos Fóruns. “Eles precisam estar atentos para observar todos os problemas para que possam, em conjunto com a administração central, ou localmente, resolvê-los com a maior brevidade possível, evitando que uma demanda rotineira que seria sanada com a manutenção preventiva ou corretiva imediata se torne um grande problema e requeira medidas urgentes e mais complexas e caras, por vir a comprometer a edificação ou dificultar sua utilização pelos magistrados e servidores. Muitos são os prédios que, apesar de antigos, têm essa atuação de forma extremamente eficaz”.

O NUIN também presta apoio técnico ao Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços (NUAP), responsável pelo gerenciamento dos contratos de manutenção na Justiça Federal de São Paulo.

Veja algumas reformas já concluídas:

Execuções Fiscais

O Fórum de Execuções Fiscais, situado na Rua João Guimarães Rosa, 215, vem sofrendo intervenções desde o exercício passado, obras essas necessárias à sua adaptação às normas técnicas vigentes.

Houve a total restauração hidráulica da edificação, incluindo a adaptação de sanitários para deficientes físicos em todos os pavimentos (exceção ao 2º subsolo e 15º andar/copa).

Essas adaptações que vêm ocorrendo em nossas edificações seguem um plano de ação elaborado pela atual administração objetivando a adequação de todos os

Fóruns da Justiça Federal de São Paulo às normas de acessibilidade, imperativas e necessárias para todos os órgãos públicos.

Também houve a contratação da reforma do forro e iluminação de andares críticos no Fórum (1º e 2º Subsolos, Térreo, 1º e 2º andares, e Auditório), reforma esta realizada em conjunto com a instalação de piso elevado e sistema de cabeamento estruturado nas áreas das Secretarias das Varas (nove) que não possuíam esse tipo de solução.

Como se verá a seguir, ainda se encontram em fase de contratação/licitação outros serviços imprescindíveis ao bom funcionamento do Fórum.

Juizado Especial Federal



O imóvel em que se localiza o Juizado Especial Federal (JEF) é igualmente próprio da Justiça Federal. Situado na Avenida Paulista, o JEF está passando por obras de impermeabilização de suas lajes e reservatórios de água.

Em decorrência do incêndio ocorrido no início de 2007, houve a necessidade da substituição dos caixilhos de alumínio da fachada, remoção das peças danificadas e adequação de componentes e estrutura de sustentação.

Nos andares afetados diretamente pelo incêndio (11º e 12º andares) hoje se encontram instalados o Auditório do JEF, e a Presidência do JEF/SP e Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região, respectivamente.

Houve a aprovação de novo layout para o melhor funcionamento do JEF/SP e sua implementação parcial foi também objeto da contratação de piso elevado e forro para que todas as adaptações necessárias fossem realizadas dentro das normas técnicas cabíveis, assegurando um ambiente mais adequado aos magistrados, servidores e usuários do Fórum.

Em continuidade às adaptações do JEF/SP, foram construídos novos sanitários para as Varas-Gabinetes, uma vez que o prédio não possui tais instalações e para o próximo exercício haverá a contratação (já em fase de licitação) da construção de sanitários para deficientes físicos dentro das normas técnicas pertinentes.

Fórum Criminal

No Fórum Federal Criminal (situado no mesmo prédio do Fórum Previdenciário) foram construídas celas de curta permanência e instalações para um posto policial, a fim de garantir que os réus presos aguardem as audiências com as devidas condições de segurança.

Outras obras e reformas em andamento:

Novo Fórum Federal de São José dos Campos -

Em continuidade ao plano de ação da atual administração, visando a construção ou aquisição de imóveis próprios para o funcionamento dos Fóruns, foram iniciadas neste exercício as obras de construção da nova sede da 3ª Subseção Judiciária, à Rua Jorge de Oliveira Coutinho s/nº.

Fórum Federal de Santos – Reforma do telhado, recuperação e calafetação parcial da caixilharia de alumínio devido a problemas crônicos de infiltração de

águas pluviais que traziam grande transtorno aos servidores e magistrados. Como se verá adiante, haverá a contratação de projeto para a readequação da fachada daquele Fórum, incluindo novo sistema de climatização.

Novas sedes dos Fóruns Federais de Bauru, Jaú e Assis – os estudos preliminares para adequação das instalações dos imóveis foram elaborados pelo NUIN para instruir o desenvolvimento dos projetos executivos e a execução das reformas pela Construtora Dinâmica (Bauru) e pela Caixa Econômica Federal (Assis e Jaú).

Ao lado:
perspectiva do prédio

abaixo:
obras de construção da
nova sede de São José
dos Campos.



Obras, reformas, projetos e laudos em licitação:

1. Pregão Eletrônico no 47/2008 (em fase de homologação) para contratação de empresa(s) para elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos de Acessibilidade a Pessoas Portadoras de Deficiência Física ou Mobilidade Reduzida, Projetos Básicos Complementares (Hidráulicos e Elétricos) e Legais nos Fóruns Federais de Araçatuba, Ribeirão Preto, Santos e São José do Rio Preto.

2. Tomada de Preços no 001/2008 (em fase de habilitação) para contratação de empresa(s) para a execução de obras para construção de sanitários acessíveis a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, com a elaboração dos respectivos Projetos Executivos, e posterior 'As Built', no edifício do Juizado Especial Federal de São Paulo e do Fórum Federal Criminal e Previdenciário, na cidade de São Paulo.

3. Convite no 002/2008 (contratado) para Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão-de-obra para execução de reforma da Centrífuga Carrier modelo 19DG-5032AE do Fórum de Execuções Fiscais.

3. Convite no 003/2008 (em fase de licitação) para contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto básico para modernização de sistema de ar condicionado de expansão indireta do edifício do Fórum de Execuções Fiscais da Justiça Federal de Primeiro Grau de São Paulo.

4. Convite no 004/2008 (em fase de homologação) para contratação de empresa de engenharia para elaboração de Anteprojeto, Projeto Técnico de Segurança contra Incêndios para aprovação no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de

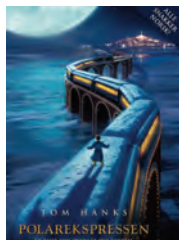
São Paulo-CBPMESP e elaboração do Projeto Básico para o Fórum Criminal e Previdenciário - Edifício Torre Beta.

5. Convite no 005/2008 (em fase de homologação) para contratação de empresa de engenharia para elaboração de Anteprojeto, Projeto Técnico de Segurança contra Incêndios para aprovação no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo-CBPMESP e elaboração do Projeto Básico para o Fórum de Execuções Fiscais.

6. Convite no 006/2008 (em fase de licitação) para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para elaboração de Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Legal para a reforma das fachadas e sistema de climatização e equipamento de acesso para limpeza e manutenção das fachadas do Fórum Federal de Santos.

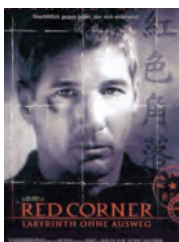
7. Convite no 008/2008 (em fase de licitação) para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para elaboração de Laudo Técnico Estrutural para o Fórum Federal das Execuções Fiscais.

8. Estão em análise no Núcleo de Compras, Licitações e Contratos os documentos elaborados pelo NUIN e as cotações para instruir a contratação da Ata de Registro de Preços, por meio de Concorrência Pública, para a elaboração de serviços técnicos de Arquitetura e Engenharia compreendendo Levantamentos Cadastrais de Arquitetura, Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos de Arquitetura e Instalações Prediais e Projetos Legais - esta Ata possibilitará o desenvolvimento de Projetos de Acessibilidade para os imóveis ocupados pela Justiça Federal de São Paulo, desde que haja disponibilidade orçamentária.



Expresso Polar
Animação - EUA - 2004
Robert Zemeckis

O filme conta a história de um garoto que acredita na existência do Papai Noel. Apesar de seus amigos insistirem que o bom velhinho não passa de uma lenda, na noite de Natal, o garoto e seus amigos embarcam em um trem rumo ao Pólo Norte para provar sua crença.



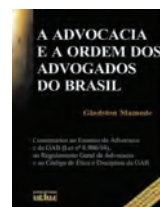
Justiça Vermelha
Suspense - EUA - 1995
Jon Avnet

Um advogado bem-sucedido vai até a China para fechar um negócio milionário. Após passar uma noite com uma prostituta de elite, é preso pela manhã ao acordar, sob a acusação de haver assassinado a jovem chinesa. Levado à prisão, sofre as humilhações e violências de um prisioneiro do regime comunista.



Previdência Social
2008 - Editora LTR
Claudia Salles Vilela Vianna

Ciente da complexidade que envolve o Direito Previdenciário e das constantes alterações na legislação, a autora reuniu toda a matéria pertinente ao custeio do Regime Geral de Previdência Social e os benefícios por ele oferecidos, contendo a presente obra quarenta e oito capítulos, subdivididos em sete partes: 1 - Noções Introdutórias; 2 - Contribuintes e Beneficiários; 3 - Financiamento da Seguridade Social; 4 - Riscos Ocupacionais e Acidente do Trabalho; 5 - Benefícios Previdenciários; 6 - Disposições Gerais; 7 - Tabelas Auxiliares.



A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil
2003 - Editora Atlas
Gladston mamede

A obra trata de temas sobre a advocacia, em análises cuidadosas e aprofundadas. São abordadas suas características e atividades, os requisitos para a inscrição do advogado e do estagiário, transferência, inscrição suplementar, licença e cancelamento. Estudam-se, ainda, as sociedades de advogados, seu funcionamento e sua responsabilidade civil. Todos os casos de incompatibilidade e impedimento, um a um, merecem estudo, assim como todas as prerrogativas dos advogados e seus deveres, infrações e sanções disciplinares.

Os sonhos que a Justiça ajuda a realizar

Marta Lino Pinto
 Administrativo de Piracicaba

Caminhei muito pelos corredores da Justiça Federal em São Paulo. Festas, feiras, palestras... Andei por todos os fóruns, por todas as seções, pelas diretorias... Estava sempre feliz, pois, para mim, trabalhar na JF significava a realização de um sonho e a possibilidade de realizar tantos outros.

Como na vida acreditar no poder de um sonho pode transformá-lo em realidade, este ano a Justiça proporcionou a realização de mais um de meus sonhos: morar no interior, numa casa com varanda.

Fui relotada em Piracicaba. Fórum gostoso, pessoas simpáticas e calmas. Aqui fui recebida como uma pessoa da família, tratada com respeito e consideração. Valorizada como profissional. As pessoas se preocuparam com o meu bem estar em todos os sentidos.

Daniella trouxe roupa de cama, cobertor e travesseiro para eu ir usando até chegar a mudança. Passei na casa da Márcia Liz, em Rio da Pedras e ela foi com o marido passear na minha. A Juracy foi com o sobrinho almoçar na minha casa, no domingo. Conheci o Vitor, filho do Carlos Eduardo, que só conhecia dos frios recibos de reembolso, enviados todos os meses ao Pró-Social. Vi seu rostinho, suas necessidades e troquei beijinhos com ele.

O Churrasco do dia do Servidor, promovido pelo Denis da 2ª. Vara, foi tão maravilhoso, que só mandando as fotos.

E qual não foi a minha surpresa, quando ao ser apresentada à Juíza Coordenadora do Fórum, Dra. Rosana Pagano, ser recebida, com 3 beijos estalados na bochecha! ta gente simpática, meu Deus!

Aqui já passei pela 2ª. e pela 3ª. Varas e agora estou no Administrativo. Trabalho na mesma sala que o Gustavo, O "Guga", um gato louro, inteligente e charmoso. Já conheço todo mundo. Já me envolvi no projeto de reciclagem do lixo, que está sendo um sucesso, campanha de alimentos e lista de ajuda ao natal das contratadas e adivinhem: estou organizando a festa de fim de ano, que pela 1ª. Vez vai reunir todo o fórum (não sei por que acharam que eu tinha jeito pra isso, hahahah!)

Estou trabalhando na expansão dos convênios com profissionais da saúde e do comércio em geral e pensamos em fazer por aqui um "Espaço Convivência" nos moldes do que fizemos em Sampa!

Enfim...

Estou morando numa linda casa com varanda. Acordo com revoada de passarinhos e à noite fico olhando a lua, que daqui, parece que dá pegar com a mão. No trajeto para a Justiça, meu cenário são vaquinhas pastando, cavalos saltitando pelos campos e verde, muito verde.

À noitinha, na volta pra casa, tem o por do sol que emociona, muitas vezes, até às lágrimas. Não fosse a saudade dos amigos que aí deixei e da família, poderia dizer que estou vivendo uma vida perfeita...

Obrigada, JF, por mais esse presente.

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias. Encaminhe seu texto para jf-imprensa@jfsp.gov.br

A juíza federal Daldice Maria Santana de Almeida, titular da 1ª vara, da Subseção Judiciária de Santos, analisa os resultados das audiências de conciliações e garante que sob qualquer aspecto analisado, os resultados positivos são inquestionáveis.

Desafios e prioridades na administração das conciliações

O clamor por uma justiça mais célere e efetiva - portanto, por “justiça mais justa” - faz emergir a necessidade cada vez maior de utilização dos equivalentes jurisdicionais como meio de pacificação social.

É nesse contexto que se insere a conciliação, pois permite a rápida solução do conflito, resgata o diálogo e, por ter sido o resultado do consenso das partes, induz maior satisfação.

A conciliação tem o mérito de dispensar a teorização da matéria, seja pelas partes seja pelo juiz. A resolução da lide ocorre à luz da verdade material/real.

Por decisão judicial, o vencido nem sempre é convencido, e sua insatisfação gera a interposição de inúmeros recursos, impugnações, ajuizamento de ações rescisórias e, a final, a responsabilidade pelo fracasso é atribuída ao Judiciário.

A jurisdição, como atividade meramente substitutiva, elimina o conflito do **ponto de vista dos seus efeitos jurídicos** (formalmente), mas, na maioria das vezes, ao contrário de pôr fim ao conflito subjetivo estabelecido entre o autor e réu, incrementa-o, gerando mais animosidade.

Não se pode ignorar, porém, a existência de demandas trazidas a Juízo, que, em verdade, não possuem razões puramente jurídicas, mas decorrentes de eventos pessoais, como empobrecimento, doença, dissolução de sociedade conjugal, aposentadoria, incapacidade financeira, entre outras circunstâncias. Também não se pode deixar de registrar casos – poucos, mas há – em que a **morosidade** do processo interessa mais do que **o melhor dos acordos**.

A audiência de tentativa de conciliação permite ao magistrado ter contato com a especificidade que envolve cada caso, individualizando-o conforme as peculiaridades postas em concreto.

Assim, mesmo se infrutífera for a conciliação, esse ato processual é extremamente útil, por conferir ao juiz o conhecimento real dos fatos apontados na inicial, mediante questionamentos diretos feitos às partes.

A conciliação vem se revelando um instrumento de grande potencial na solução de diversas espécies de conflitos judiciais, na pacificação dos ânimos envolvidos e no resgate do papel, que é do Poder Judiciário, de **auxiliar**, de **estimular**, e **não apenas de substituir as partes** na resolução dos conflitos que tratam das questões de maior relevância social e individual.

A atual formatação das audiências de conciliação teve nascedouro em um caso emblemático da Subseção Judiciária de Santos: “Conjunto Habitacional Athiê Jorge Coury – 2ª Etapa”, destinado à habitação dos trabalhadores do Porto de Santos.

Com 988 apartamentos, esse empreendimento possuía, desde 1992, pendências fiscais, econômicas e sociais, decorrentes de quebra da Construtora, consistentes na impossibilidade de regularização do empreendimento por dívida no INSS e no SPU, inexistência de individualização das unidades, “invasão por não-cooperativados”, falta de registro no Cartório de Registro de Imóveis e ausência de constituição formal do condomínio, o que gerava obrigações inexecutáveis.

Agregado a esses fatos, as unidades foram comercializadas por meio de instrumento particular de compra e venda, contrariando as normas do Sistema Financeiro de Habitação, que exigem instrumento particular com força de escritura pública.

À evidência, os inúmeros problemas que recaíam sobre o empreendimento refletiram no Judiciário, traduzidos no ajuizamento de inúmeras demandas, sobre as quais me debruçava diariamente com a certeza de ser indispensável solucioná-las, principiando pela regularização da situação jurídica daquele Conjunto Habitacional, sem a qual não se poderia oferecer título de domínio registrável aos mutuários.

Naquela ocasião, na condição de Juíza Federal e Conciliadora, promovi a aproximação de Órgãos Públicos (INSS, SPU, Prefeitura Municipal de Santos), entidades de outros segmentos (Cooperativa Habitacional, Cooperativa dos Estivadores), Caixa Econômica Federal, Empresa Gestora de Ativos, com acompanhamento do Ministério Público Federal, o que resultou na conciliação e na consequente regularização jurídica do empreendimento, com expedição de certidões, pagamento de débitos, registros competentes.

Superada essa primeira etapa, foi preciso verdadeiro “mutirão” para atender aos mutuários e rever todos os contratos habitacionais, cuja necessidade fez com que houvesse concentração de esforços de todos para realização das mais de 300 audiências e 311 atendimentos administrativos (acordos extrajudiciais).

O êxito da conciliação naqueles moldes fez com que a Subseção de Santos ampliasse as matérias a serem submetidas à negociação, tais como: questões relativas ao

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (antes mesmo da citação, pois muitas pessoas desconhecem o alcance da adesão às condições previstas na Lei Complementar n. 110/2001), a contratos comerciais (CDC, CONSTRUCARD, FIES etc.), à previdenciária e à poupança – esta última prevista para a segunda quinzena de fevereiro de 2009.

A Subseção de Santos mantém calendário anual unificado de audiências de conciliação, com a participação de todas as Varas, cujos termos e diretrizes são estabelecidos em ata de reunião, também anual, com observância da Resolução n.º 288/2007.

A periodicidade de realização das semanas de conciliação faz com que não trabalhem com acervo, mas com processos recém-distribuídos.

Atualmente a conciliação é uma realidade em toda a Primeira Instância, cujos resultados positivos alcançam a todos. Tanto que não são raras as situações em que os próprios advogados solicitam a inclusão de processos nas pautas de conciliação.

É importante reafirmar que a idéia central da conciliação nos moldes atuais é a concentração de esforços, com **envolvimento** de todos: juízes, servidores, partes e advogados.

A designação aleatória de audiências não é produtiva, pois nem sempre os órgãos públicos dispõem de quadro técnico suficiente para atender audiências esparsas nas múltiplas Varas. Assim, a preparação das audiências requer prévio contato com a área especializada da entidade envolvida, fixação de período (uma semana ou certo número de dias), elaboração de pauta da forma mais concentrada possível para seu melhor aproveitamento, intimação das partes para comparecimento, etc.

No caso de SFH e outras matérias afetas à CEF, esta coloca à disposição equipamentos e funcionários. Essa estrutura permite, em tempo real, consultar saldo de conta fundiária, depósitos judiciais, existência de créditos, recálculo de financiamento, simulações, o que, pelo custo, seria inviável para a realização de poucas audiências.

O Judiciário torna disponível sua estrutura

administrativa. À guisa de exemplo, cito o Fórum Pedro Lessa em São Paulo, que, além de organizar as próprias pautas, por meio do Núcleo de Apoio Administrativo, abriga a realização das audiências dos processos em trâmite na Segunda Instância. Isso envolve: planejamento da segurança, controle do ingresso das partes a partir das 9h, destacamento de funcionários de informática para trabalho em regime de plantão, suprimento de materiais, dentre outras medidas.

Hão de ser destacadas, ainda, a imperiosa organização dos trabalhos pela Egrégia Corregedoria nos processos de Primeira Instância e a dedicação de Magistrados e Servidores designados para o ato.

Repiso que, sob qualquer aspecto analisado, os resultados positivos das audiências de conciliação são inquestionáveis, com destaque para os processos que versam sobre Sistema Financeiro de Habitação, pois, em regra, são demandas de processamento demorado, cujo deslinde depende de perícia contábil, a qual, na hipótese de ser o autor beneficiário da Justiça Gratuita, é remunerada pelo Conselho da Justiça Federal (Resolução n. 558/2007), e a sentença, ainda que procedente, não atinge o patamar de negociação proposto pela CEF, na maioria dos casos.

Em suma, em que pese a importância dos resultados já demonstrados pela conciliação, permanece, no meu sentir, o grande desafio de dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Justiça Federal, com a manutenção da estrutura para sua concretização.

Conforme já asseverado, o êxito resulta da concentração dos esforços de todos de forma interdependente, ou seja, se um elo da cadeia, por qualquer motivo, parar ou enfraquecer, o comprometimento dos demais é inevitável.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.gov.br.



Juíza Federal Daldice Maria Santana de Almeida



BIBLILAZER

DIVULGAÇÃO SOCIAL

No ano passado, mais de **1000** livros foram doados para a Biblioteca de Lazer. Para o ano de 2009 continue doando e utilizando nosso rico acervo.